



Cargo: Polícia Legislativa – Policial Legislativo Federal

Padrão de Resposta

1 - A lei aplicada ao caso concreto, levando-se em consideração a atitude do presidente da CPI e a voz de prisão dada pelo advogado:

O candidato deverá dissertar sobre a Lei de Abuso de Autoridade – 4898/65 **(0,5)**, esclarecendo que o artigo 4º, alínea “a” c/c artigo 3º, alínea “j” **(0,5)**, previram as hipóteses de crime de abuso de autoridade quando:

- a. A autoridade ordenar ou executar medida privativa de liberdade com abuso de poder **(0,5)**;
- b. A autoridade atentar aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional **(0,5)**.

2 - A prisão em flagrante do empresário:

2.1 – Empresário como testemunha e investigado:

No caso apresentado, verifica-se, de forma clara, que embora a Comissão Parlamentar de Inquérito tenha convidado o empresário na qualidade de testemunha, já era notório que ele estava na condição de principal investigado **(0,5)**, *i.é.*, principal suspeito do cometimento de algum crime.

Portanto, na condição de autor de um fato criminoso, o empresário está sujeito a uma série de garantias constitucionais, como o já mencionado direito ao silêncio **(0,5)**, o qual se soma ao princípio da não autoincriminação compulsória **(0,5)** e ao direito de estar acompanhado de seu advogado **(0,5)**.

2.2 - prisão ilegal do empresário:

Posteriormente deverá mencionar que a prisão em flagrante do empresário é uma prisão ilegal **(0,5)**, (art. 5º, LXV da CRFB/88) **(0,5)**, na medida em que ninguém pode ser detido apenas pelo exercício de um direito constitucionalmente assegurado que é o direito ao silêncio **(0,5)** (art. 5º, LXIII da CRFB/88) **(0,5)**.



3 - Direito de estar acompanhado de advogado e princípio da não auto-incriminação:

No caso apresentado, verifica-se, de forma clara, que a Comissão Parlamentar de Inquérito violou direitos básicos do investigado, como o já mencionado direito ao silêncio **(0,5)**, o qual se soma ao princípio da não autoincriminação compulsória **(0,5)** (*nemo tenetur se detegere*) **(0,5)**(art. 8º, nº2, g do Dec. 678/92 OU art. 5º, LXIII da CRFB/88) **(0,5)**.

O mesmo se diga em relação à proibição de se comunicar com seu advogado **(0,5)** (art. 5º, LXII), art. 7º, III da Lei 8906/94 **(0,5)**, bem como a efetividade da defesa **(0,5)**, conforme se verifica dos mandamentos dispostos no artigo 5º, LV c/c art. 7º, X da Lei 8906/94 **(0,5)**.

4 - Habeas Corpus Preventivo e expedição de salvo conduto:

Ao final, o candidato deverá indicar que para evitar a repetição de tal incidente no próximo depoimento, deverá ser impetrado *Habeas Corpus* **(0,5)**, na forma preventiva**(0,5)** (artigo 5º, LXVIII da CRFB/88)**(0,5)**, requerendo-se expedição de salvo conduto, a fim de que se impeça a prisão flagrante do empresário caso ele utilize suas garantias constitucionais, tais como o Direito ao Silêncio e o Direito de Não se Auto Incriminar **(0,5)**.

Espelho de Correção

| (A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS – marque com um “X” | | | PONTUAÇÃO DO CANDIDATO | | | |
|---|--|---|------------------------|------|------|------|
| 1 | Hipóteses de crime de abuso de autoridade – Lei 4.898/65 | 0 | 0,50 | 1,00 | | |
| | | | 1,50 | 2,00 | | |
| 2 | Prisão ilegal – fundamento constitucional | 0 | 0,50 | 1,00 | | |
| | | | 1,50 | 2,00 | | |
| 3 | Empresário como testemunha e investigado | 0 | 0,50 | 1,00 | | |
| | | | 1,50 | 2,00 | | |
| 4 | Direito de estar acompanhado de advogado e princípio da não autoincriminação | 0 | 0,50 | 1,00 | 1,50 | 2,00 |
| | | | 2,50 | 3,00 | 3,50 | 4,00 |
| 5 | Habeas Corpus preventivo e expedição de salvo-conduto | 0 | 0,50 | 1,00 | | |
| | | | 1,50 | 2,00 | | |